

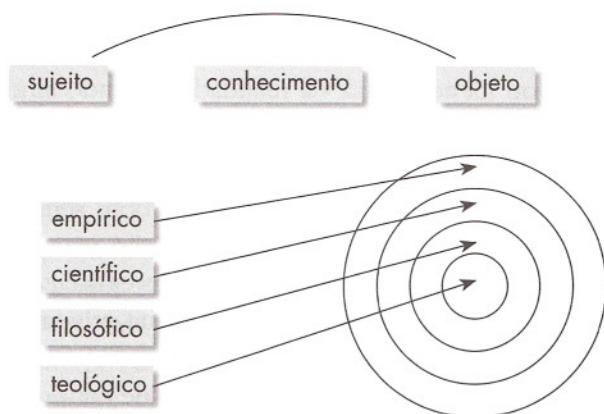
1.1.1 ○ CONHECIMENTO EMPÍRICO

O conhecimento empírico, erroneamente chamado vulgar ou de senso comum, é aquele que é adquirido pela própria pessoa na sua relação com o meio ambiente ou com o meio social, obtido por meio de interação contínua na forma de ensaios e tentativas que resultam em erros e em acertos. Do ponto de vista da utilização de métodos e técnicas científicas, esse tipo de conhecimento — mesmo quando consolidado como convicção, como cultura ou como tradição — é ametódico e assistemático.

A pessoa comum, que não precisa operacionalizar métodos e técnicas científicas para a construção de seu conhecimento, tem, entretanto, conhecimento do mundo material exterior em que se acha inserida e de um certo número de pessoas, seus semelhantes, com as quais convive. Vê essas pessoas no momento presente, lembra-se delas, prevê o que poderão fazer e ser no futuro. Tem consciência de si mesma, de suas idéias, tendências e sentimentos. Cada qual se serve da experiência do outro ora ensinando, ora aprendendo, em um intenso processo de interação humana e social. Pela vivência

FIGURA 1.1

○ CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS



coletiva, os conhecimentos são transmitidos de uma pessoa a outra e de uma geração a outra.

Pelo conhecimento empírico, a pessoa percebe entes, objetos, fatos e fenômenos e sua ordem aparente, tem explicações concernentes à razão de ser das coisas e das pessoas. Esse conhecimento é constituído por meio de interações, de experiências vivenciadas pela pessoa em seu cotidiano e de investigações pessoais feitas ao sabor das circunstâncias da vida; é sorvido do saber dos outros e das tradições da coletividade ou, ainda, tirado da doutrina de uma religião positiva.

1.1.2 ○ CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O conhecimento científico vai além do empírico, procurando compreender, além do ente, do objeto, do fato e do fenômeno, sua estrutura, sua organização e funcionamento, sua composição, suas causas e leis.

Para Aristóteles, o conhecimento só se dá de maneira absoluta quando sabemos qual foi a causa que produziu o fenômeno e o motivo, porque não pode ser de outro modo; é o saber por meio da demonstração (apud LAHR, 1958, p. 372). A ciência, até a Renascença, era tida como um sistema de proposições rigorosamente demonstradas, constantes e gerais que expressavam as relações existentes entre seres, objetos, fatos e fenômenos da experiência.

O conhecimento científico era caracterizado como:

- a) *Certo*, porque sabia explicar os motivos de sua certeza, o que não acontecia com o conhecimento empírico.
- b) *Geral*, no sentido de conhecer no real o que há de mais universal e válido para todos os casos da mesma espécie. A ciência, partindo do indivíduo concreto, procura o que nele há de comum com relação aos demais da mesma espécie.
- c) *Metódico e sistemático*, já que o cientista não ignorava que os seres e os fatos estavam ligados entre si por certas relações e seu objetivo era encontrar e reproduzir esse encadeamento, o qual alcançava por meio do conhecimento ordenado de leis e princípios.

A essas características acrescentam-se outras propriedades da ciência, como a objetividade, o interesse intelectual e o espírito crítico.

A ciência, assim entendida, era o resultado da demonstração e da experimentação, e só aceitava o que fosse provado. Hoje, a concepção de ciência é outra. A ciência não é considerada algo pronto, acabado ou definitivo. Não é a posse de verdades imutáveis. Atualmente, a ciência é entendida como uma busca constante de explicações e de soluções, de revisão e de reavaliação de seus resultados, apesar de sua falibilidade e de seus limites. Nessa busca sempre mais rigorosa, a ciência pretende aproximar-se cada vez mais da verdade por meio de métodos que proporcionem maior controle, sis-

tematização, revisão e segurança do que outras formas de saber não científicas. Por ser dinâmica, a ciência busca renovar-se e reavaliar-se continuamente. Ela é um processo em construção.

1.1.3 ○ CONHECIMENTO FILOSÓFICO

O conhecimento filosófico distingue-se do conhecimento científico pelo objeto de investigação e pelo método. O objeto das ciências são os dados próximos, imediatos, perceptíveis pelos sentidos ou por instrumentos, pois, sendo de ordem material e física, são suscetíveis de experimentação. O objeto da filosofia é constituído de realidades mediatas, imperceptíveis aos sentidos e que, por serem de ordem supra-sensíveis, ultrapassam a experiência. A ordem natural do procedimento é, sem dúvida, partir dos dados materiais e sensíveis (ciência) para se elevar aos dados de ordem metafísica, não sensíveis, razão última da existência dos entes em geral (filosofia). Parte-se do concreto material para o concreto supramaterial, do particular ao universal.

Na aceção clássica, a filosofia era considerada a ciência das coisas por suas causas supremas. Modernamente, prefere-se falar em filosofar. O filosofar é um interrogar, é um contínuo questionar a si mesmo e à realidade. A filosofia não é algo feito, acabado. É uma busca constante de sentido, de justificação, de possibilidades, de interpretação a respeito de tudo aquilo que envolve o ser humano e sobre o próprio ser em sua existência concreta.

Filosofar é interrogar. A interrogação parte da curiosidade, que é inata. Ela é constantemente renovada, pois surge quando um fenômeno nos revela alguma coisa de um objeto e ao mesmo tempo nos sugere o oculto, o mistério. Este impulsiona o ser humano a buscar o desvelamento do mistério. Vê-se, assim, que a interrogação somente nasce do mistério, que é o oculto enquanto sugerido.

Jaspers (apud HUISMAN; VERGEZ, 1967, p. 8), em sua *Introdução à filosofia*, coloca a essência da filosofia na procura do saber e não em sua posse. A filosofia trai a si mesma e se degenera quando é posta em fórmulas. A tarefa fundamental da filosofia consiste na reflexão. A experiência fornece uma multiplicidade de impressões e opiniões; adquirem-se conhecimentos científicos e técnicos nas mais variadas áreas; têm-se as mais diversas aspirações e preocupações. A filosofia procura refletir sobre esse saber, interroga-se sobre ele, problematiza-o.

Filosofar é interrogar principalmente sobre fatos e problemas que cercam o ser humano concreto em seu contexto histórico. Esse contexto muda no decorrer do tempo, o que explica o deslocamento dos temas de reflexão filosófica. É claro que alguns temas perpassam a história, como a própria humanidade. Qual o sentido da existência do ser humano e da vida? Existe ou não existe o absoluto? Há liberdade? Entretanto, o campo de reflexão ampliou-se muito em nossos dias. Hoje, os filósofos, além das interrogações

metafísicas tradicionais, formulam novas questões: a humanidade será dominada pela técnica? A máquina substituirá o ser humano? Também poderão o homem e a mulher ser produzidos em série em tubos de ensaio? As conquistas espaciais comprovam o poder ilimitado da espécie humana? O progresso técnico é um benefício para a humanidade? Quando chegará a vez do combate à fome e à miséria? O que é valor, hoje?

A filosofia procura compreender a realidade em seu contexto mais universal. Não há soluções definitivas para um grande número de questões. Entretanto, a filosofia habilita o ser humano a fazer uso de suas faculdades para ver melhor o sentido da vida concreta.

1.1.4 ○ CONHECIMENTO TEOLÓGICO

Duas são as atitudes que se podem tomar diante do mistério. A primeira é tentar penetrar nele com o esforço pessoal da inteligência. Mediante a reflexão e o auxílio de instrumentos, procura-se obter um procedimento que seja científico ou filosófico. A segunda atitude consiste em aceitar explicações de alguém que já tenha desvendado o mistério e implica sempre uma atitude de fé diante de um conhecimento revelado.

Esse conhecimento revelado ocorre quando há algo oculto ou um mistério, alguém que o manifesta e alguém que pretende conhecê-lo. Entende-se por mistério tudo o que é oculto, o que provoca a curiosidade e leva à busca. O mistério é o oculto enquanto sugerido. Pode estar ligado a dados da natureza, da vida futura, da existência do absoluto, para mencionar apenas alguns exemplos. Aquele que manifesta o oculto é o revelador, que pode ser o próprio homem ou Deus. Aquele que recebe a manifestação tem fé humana se o revelador for um homem ou uma mulher e tem fé teológica se Deus for o revelador.

A fé teológica sempre está ligada a uma pessoa que testemunha Deus diante de outras pessoas. Para que isso aconteça, é necessário que tal pessoa que conhece a Deus e que vive o mistério divino o revele a outra. Afirmar, por exemplo, que tal pessoa é o Cristo equivale a explicitar um conhecimento teológico.

O conhecimento revelado — relativo a Deus — e aceito pela fé teológica constitui o conhecimento teológico. Este, por sua vez, é o conjunto de verdades ao qual as pessoas chegaram não com o auxílio de sua inteligência, mas mediante a aceitação dos dados da revelação divina. Vale-se de modo especial do argumento de autoridade. São os conhecimentos adquiridos nos livros sagrados e aceitos racionalmente pelas pessoas, depois de terem passado pela crítica histórica mais exigente. O conteúdo da revelação, feita a crítica dos fatos ali narrados e comprovados pelos sinais que a acompanham, reveste-se de autenticidade e de verdade. Essas verdades passam a ser consideradas como fidedignas e por isso são aceitas. Isso é feito com base na lei suprema da inteligência: aceitar a verdade, venha de onde vier, contanto que seja legitimamente adquirida.